



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ISRAEL FELIPE WERNER MASSAMBANI**

**UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TERCEIRO SETOR: AÇÕES  
REALIZADAS PELA IGREJA BATISTA CENTRAL NA COMUNIDADE DO  
ANCURI ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2020**

**FORTALEZA – CE**

**MARÇO 2021**

ISRAEL FELIPE WERNER MASSAMBANI

UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TERCEIRO SETOR: AÇÕES  
REALIZADAS PELA IGREJA BATISTA CENTRAL NA COMUNIDADE DO ANCURI  
ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2020

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Suely Salgueiro Chacon

FORTALEZA – CE

MARÇO 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M369a Massambani, Israel Felipe Werner.

Uma análise das Políticas Públicas do Terceiro Setor: ações realizadas pela Igreja Batista Central na comunidade do Ancuri entre os anos de 2015 e 2020 / Israel Felipe Werner Massambani. – 2021.

53 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

1. Gestão de Políticas Públicas. 2. Ciclo das Políticas Públicas. 3. Terceiro Setor. 4. Organizações religiosas. I. Título.

CDD 320.6

---

ISRAEL FELIPE WERNER MASSAMBANI

UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TERCEIRO SETOR: AÇÕES  
REALIZADAS PELA IGREJA BATISTA CENTRAL NA COMUNIDADE DO ANCURI  
ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2020

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXIMINADORA

---

Professora Dra. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Professor Dr. Breno Aloisio Torres Duarte de Pinho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Professora Dra. Helena Stela Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico esse trabalho primordialmente aqueles que se fizeram presente ao longo dessa jornada de graduação; a pessoa de Jesus em quem me inspiro dia a dia, a meus pais, Nelson e Roswitha pelos anos batalhados pela minha educação, a minha irmã que tanto me incentiva a escrita, e minha noiva Lívia por seus incansáveis incentivos em todo os processos. Não posso deixar de mencionar de forma honrosa também a querida Prof.<sup>a</sup> Dra. Suely por todos os encontros e orientações preciosas.

## RESUMO

O Terceiro Setor abrange entidades privadas de finalidade pública, que surgem no vácuo deixado pela ausência relativa do Estado no atendimento às demandas da sociedade. Essa categoria é dividida entre associações, fundações e organizações religiosas. Utilizando abordagem qualitativa, a presente pesquisa traçou um panorama do ciclo da política pública a partir do estudo de caso das ações implementadas pela Igreja Batista Central (IBC), na cidade de Fortaleza no Ceará, junto à comunidade do bairro Ancuri, em um recorte temporal de 2015 a 2020. No levantamento de dados que apresenta a condição do bairro, percebe-se as lacunas deixadas pelo Estado e como as ações e projetos da IBC buscaram sanar essas deficiências. A pesquisa privilegiou a perspectiva dos beneficiários por meio da análise do seu perfil e do atendimento às suas demandas. Complementarmente, foram realizadas entrevistas com gestores da igreja, detalhando projetos e ações existentes, a fim de apontar potencialidades e limitações das ações empreendidas neste período. Podemos inferir que as ações da IBC abrangem um público diversificado do bairro, que há um grande envolvimento da membresia nas atividades elencadas, e que a comunidade reconhece nas atividades desenvolvidas uma ferramenta de transformação. Esse trabalho buscou ainda contribuir para um maior conhecimento do que são políticas públicas, evidenciando outros atores que atuam no espaço público buscando atender às demandas sociais em torno de problema públicos.

**Palavras-chave:** Gestão de Políticas Públicas, Ciclo das Políticas Públicas, Terceiro Setor, Organizações Religiosas.

## ABSTRACT

The Third Sector encompasses private entities of public purpose, which emerge in the vacuum left by the relative absence of the State in meeting the demands of society. This category is divided between associations, foundations and religious organizations. Using a qualitative approach, the present research traced an overview of the public policy cycle from the case study of the actions implemented by the Central Baptist Church (IBC), in the city of Fortaleza, Ceará, with the community of the Ancuri neighborhood, in a time frame from 2015 to 2020. In the survey of data that presents the condition of the neighborhood, it is possible to notice the gaps left by the State and how the actions and projects of the IBC sought to remedy these deficiencies. The survey privileged the perspective of the beneficiaries by analyzing their profile and meeting their demands. In addition, interviews were conducted with church managers, detailing existing projects and actions, in order to point out potentials and limitations actions taken in this period. We can infer that the actions of the IBC reach a diverse public in the neighborhood, that there is a great involvement of the members in the listed activities, and that the community recognizes in the developed activities a tool of transformation. This work also sought to contribute to a greater understanding of what public policies are, highlighting other actors who work in the public space seeking to meet social demands around public problems.

**Keywords:** Public Policy Management, Public Policy Cycle, Third Sector, Religious Organizations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Mapa do bairro Ancuri em Fortaleza (2021) .....	13
<b>Figura 2 -</b> Ciclo da Política Pública (2010) .....	15
<b>Figura 3 -</b> Taxa de homicídio de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018) .....	27
<b>Figura 4 -</b> Perfil da Regional VI de Fortaleza (2011) .....	29
<b>Figura 5 -</b> Encontro Bate Lata (2018) .....	32
<b>Figura 6 -</b> Atendimento médico na Igreja Batista Central (2020) .....	35
<b>Figura 7 -</b> Aula de Funcional (2020) .....	36
<b>Figura 8 -</b> Treino no campo de futebol da Igreja Batista Central (2019) .....	37
<b>Figura 9 -</b> Bazar de roupas (2018) .....	38
<b>Figura 10 -</b> Loja Bazar do Bem (2020) .....	39
<b>Figura 11 -</b> Trilha Ecológica Eco Vidas no Campus IBC (2020)	
<b>Figura 12 -</b> Grau de escolaridade do entrevistado (2018) .....	41
<b>Figura 13 -</b> Preocupação em relação a família dos moradores do Ancuri entrevistado (2018) .....	43
<b>Figura 14 -</b> Gráfico de barras referente ao percentual de pessoas que participam dos respectivos eventos, programações e serviços da IBC entrevistado (2018) .....	44
<b>Figura 15 -</b> Gráfico de barras referente ao percentual das opções de como as pessoas veem a comunidade antes e depois da IBC entrevistado (2018) .....	44

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Modelos de tomada de decisão (2010) .....	19
<b>Tabela 2</b> - Setorização dos agentes por finalidade (2010) .....	23
<b>Tabela 3</b> - Itens que os entrevistados possuem ou não em casa e a quantidade dos mesmos (2018) .....	42
<b>Tabela 4</b> - Problemas que mais preocupam a comunidade (em percentuais) (2018) .....	42

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASCAJAN	Associação de Catadores do Jangurussu
CR	Celebrando Restauração
DPE	Defensoria Pública Estadual
FBC	Fundação Batista Central
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBC	Igreja Batista Central
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICD	Índice Sintético de Condições Domiciliares
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MPE	Ministério Público Estadual
MPPR	Ministério Público do Paraná
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização das Nações Unidas
ONU	Organização Não Governamental
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
VEPMA	Vara de Penas e Medidas Alternativas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	<b>13</b>
<b>3. CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1. Identificação do problema</b> .....	<b>16</b>
<b>3.2. Formação da Agenda Pública</b> .....	<b>17</b>
<b>3.3. Formulação de Alternativas</b> .....	<b>18</b>
<b>3.4. Tomada de Decisão</b> .....	<b>18</b>
<b>3.5. Implementação</b> .....	<b>20</b>
<b>3.6. Avaliação</b> .....	<b>21</b>
<b>3.7. Extinção</b> .....	<b>22</b>
<b>4. TERCEIRO SETOR</b> .....	<b>22</b>
<b>5. A REALIDADE DO BAIRRO ANCURI EM FORTALEZA</b> .....	<b>26</b>
<b>6. A IGREJA BATISTA CENTRAL</b> .....	<b>30</b>
<b>6.1 Fundação Batista Central</b> .....	<b>30</b>
<b>6.2. As ações sociais</b> .....	<b>31</b>
<b>7. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA</b> .....	<b>33</b>
<b>7.1. Histórico das ações realizadas entre 2015 e 2020</b> .....	<b>33</b>
<b>7.1.1. Educação</b> .....	<b>33</b>
<b>7.1.2. Saúde</b> .....	<b>34</b>
<b>7.1.3. Lazer</b> .....	<b>35</b>
<b>7.1.4. Bem-estar social</b> .....	<b>37</b>
<b>7.1.5. Meio ambiente</b> .....	<b>39</b>
<b>7.1.6. Distribuição de alimentos</b> .....	<b>40</b>
<b>7.2. Perfil dos usuários</b> .....	<b>41</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>49</b>
<b>APENDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS GESTORES</b> .....	<b>52</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Rezende Filho e Câmara Neto (2001) ao discutirem o conceito moderno de cidadania, constatam que este é associado às mudanças nas estruturas sociais, que na atualidade pode ser caracterizada pela relação da sociedade política e seus membros. Assim, compete ao cidadão agir em benefício da sociedade, ao passo que esta deve assegurar-lhes os direitos fundamentais à vida, e de forma conseguinte à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros.

No entanto, os mesmos autores também denunciam que as garantias constitucionais e os acordos internacionais do século passado não deram conta de efetivar uma cidadania plena, pautada na liberdade, igualdade e efetivação desses direitos, pois embora as sociedades sejam democráticas, numerosos cidadãos encontram-se à margem dos processos de decisão política e alienados de seus direitos essenciais.

De encontro a esse vazio deixado pelo Estado, uma categoria de instituições surgiu. Denominado de Terceiro Setor, essa nova esfera do meio privado se define juridicamente entre associações, fundações e por vezes organizações religiosas, dependendo da linha teórica as fundamentam. Quando essas realizam atividades para garantir o acesso dos cidadãos aos seus direitos fundamentais garantidos por lei e promovem melhora na qualidade de vida, são consideradas executoras de Políticas Públicas (SECCHI, 2010).

Especificamente, tratando-se das instituições religiosas, independentemente do entendimento dos teóricos modernos sobre sua categorização como Terceiro Setor, é explicitado ao longo da história o papel social que elas desempenham. As primeiras atividades voluntárias são registradas ainda no século XVI, época anterior a separação do Estado e da Igreja Católica, através da criação de orfanatos e asilos. Após a cisão observa-se uma atuação ainda mais ampla através da abertura de hospitais, escolas e comunidades terapêuticas. Destaca-se também ações com pessoas em situação de rua, encarcerados, distribuição de alimentos e roupas, sempre na busca de proteger os socialmente mais vulneráveis.

Considerando toda iniciativa tomada para preencher as lacunas deixadas pelo Estado como políticas públicas (SECCHI, 2010), os impactos e as especificidades das agências do Terceiro Setor, por si só justificam a necessidade de uma análise mais detalhada e exclusiva. É nesse intuito que esse trabalho se propõe a discutir as ações públicas da Igreja Batista Central de Fortaleza realizadas no bairro do Ancuri. Para tanto se faz necessário também uma discussão sobre o ciclo das políticas públicas e as divergências teóricas que permitem ou não o enquadramento da Igreja como uma instituição do Terceiro Setor.

A Igreja Batista Central de Fortaleza (IBC), enquadrada na categoria de organização religiosa, foi instituída em 1955 e tem no cerne de sua missão dar voz e assistir aos menos favorecidos da capital cearense. Sua sede, denominada Campus IBC, está localizada no bairro Ancuri, onde realiza ações de interesse público na localidade, buscando cada vez mais um impacto profundo e duradouro, em consonância com a comunidade. É importante ressaltar que o bairro Ancuri é uma comunidade de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o 102º (centésimo segundo) de 119 no último levantamento do IBGE na capital cearense. Localizado na periferia da cidade de Fortaleza, o bairro desponta entre os mais carentes de infraestrutura de lazer, de educação, saneamento e saúde. A comunidade se apresenta sedenta de políticas públicas que provejam a sua dignidade.

Dentro desse contexto mais amplo, destaca-se a justificativa pessoal, que transpassa 20 anos de envolvimento com a IBC Fortaleza na forma de serviço voluntário em diversas ações dentro e fora da comunidade do Ancuri. Soma-se a isso um convite feito ao final do ano de 2020 para ingressar na equipe técnica da Fundação Batista Central, braço social da igreja. Entendendo que somente o poder público não é capaz de sanar as necessidades daquela e de tantas outras localidades, cria-se o interesse de entender qual é o alcance das ações do Terceiro Setor na sociedade através de uma organização religiosa.

Na busca para análise, foi descrita a realidade do bairro Ancuri, apresentada uma catalogação das ações promovidas entre os anos de 2015 e 2020, juntamente com um levantamento histórico de atos de maior relevância. As percepções de gestores, colaboradores e pessoas beneficiadas pelas atividades realizadas pela

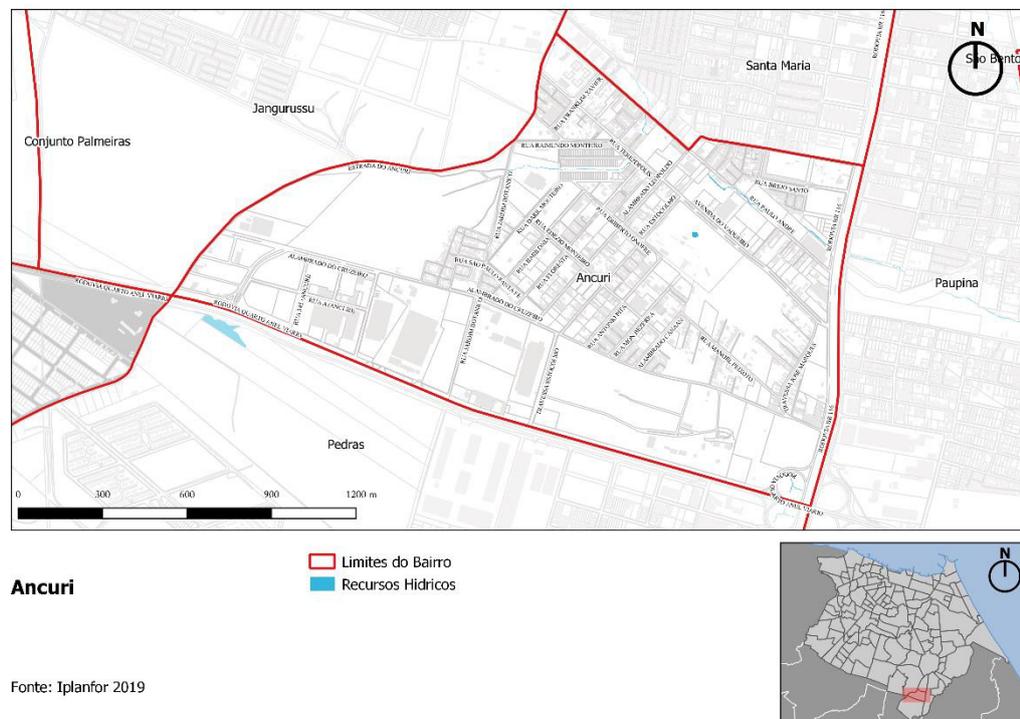
Igreja Batista Central foram captadas através de entrevistas e questionário aplicado pela Fundação Batista Central.

O trabalho se divide em cinco partes, além desta rápida introdução e de um capítulo final destacando as considerações finais. A matéria seguinte à introdução traz o percurso metodológico, prosseguido do detalhamento sobre o ciclo da política pública. No tópico seguinte conceitua-se o Terceiro Setor e se discute o pertencimento das instituições religiosas a essa categoria. No capítulo posterior é apresentada a realidade do bairro do Ancuri, e finaliza-se com o levantamento e avaliação das ações da Igreja Batista Central.

## 2. METODOLOGIA

Metodologicamente, este trabalho é uma pesquisa qualitativa, e tem suas análises baseadas nos resultados do estudo de caso, empreendido acerca das ações públicas da Igreja Batista Central no Bairro (IBC) Ancuri, em Fortaleza, Ceará, no período que cobre os anos de 2015 a 2020. Além da pesquisa documental e bibliográfica, foi realizada pesquisa de campo junto à comunidade estudada e com os gestores da Igreja.

**Figura 1:** Mapa do bairro Ancuri em Fortaleza (2021)



Fonte: Fortaleza em Mapas, 2021.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que permite ao investigador “adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração de um único caso” (VENTURA, 2007). Por esse fator é possível analisar o que um caso específico sugere ao todo, desde que esse seja bem delimitado.

Dividido em duas partes principais, atenta-se a primeira a apresentar o arcabouço teórico que define o ciclo da política pública, o conceito de terceiro setor e o relaciona as instituições religiosas. Levanta ainda as ações da Igreja Batista Central

e insere o leitor a realidade do bairro do Ancuri. A segunda se debruça às análises das atividades realizadas, suas repercussões e o entendimento do público alvo sobre as demandas existentes. Examina-se também o amparo ou a ausência dele no que tange a resolução dos problemas diagnosticados pela comunidade e pela IBC.

Aplicou-se entrevista junto a gestores da IBC responsáveis pelas ações sociais à época para um entendimento dos processos vividos. Buscou-se, junto a eles, um detalhamento de todas as ações realizadas. Uma pesquisa realizada pela Fundação Batista Central em parceria com a Empresa Júnior de Estatística – Gauss, permitiu analisar a percepção da comunidade do Ancuri em relação a Igreja Batista Central, o público alcançado pelas ações e seus perfis.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos apresentados nesse projeto de monografia tem como norteador a observação participante. Marconi e Lakatos (2003) defendem que a real participação do pesquisador junto à comunidade, considerada uma imersão, ocorre na medida em que o pesquisador está incorporado ao grupo de forma a se confundir com ele. Tendo em vista ainda que a documentação para obtenção de outros dados não se restringe apenas a documentos de arquivos públicos, sendo eles escritos ou não. Evidencia-se assim, de forma essencial, a participação nas atividades normais do agrupamento. (MARCONI E LAKATOS, 2003)

Emprega-se também a técnica de avaliação participante apresentada por Rodrigues (2008), compreendendo que quanto maior a imersão, mais se amplia o campo da investigação.

A proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa (RODRIGUES, 2008, p. 11)

Logo, o presente projeto se utiliza de técnicas de pesquisa qualitativa sobre um relato de experiência pessoal enquanto estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, junto à Igreja Batista Central de Fortaleza e a comunidade do Ancuri.

### 3. CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

O ciclo da política pública é um processo que foi desenhado de forma heurística e que descreve visualmente o processo teórico sequencial e interdependente ao qual uma política percorre. Sendo estudado por vários teóricos, obviamente existem variações de modelo, porém independentemente de quais tópicos decida-se destacar, fica nítido que o modelo nasce na identificação de um problema, passa pela formulação, implementação e avaliação da política, caminhando-se para o encerramento do ciclo e o início de outro.

Escolheu-se, por nível de detalhamento e ampla aceitação no meio acadêmico, o modelo proposto por Leonardo Secchi, em seu livro *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos* de 2010. Destacam-se sete fases principais: 1) Identificação do Problema; 2) Formação da Agenda Pública; 3) Formulação de Alternativas; 4) Tomada de Decisão; 5) Implementação; 6) Avaliação; 7) Extinção. O desenho proposto pelo autor pode ser visto a seguir:

**Figura 2:** Ciclo da Política Pública (2010)



Fonte: *Políticas públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*, 2010.

O estudo do ciclo se faz importante para compreensão do processo e dos agentes que se envolvem ao longo da sua jornada, permitindo assim aferir que este de fato não se apresenta de forma linear e constante, mas que perpassa vários encaixos e sempre se apresenta de forma distinta na prática. Mesmo apresentando o Estado de forma mais frequente como o interlocutor primeiro, nota-se que o esquema não o coloca como único, podendo apresentar diversos outros agentes como organizações não governamentais (ONG).

Apesar desses pontos destacados, seu estudo auxilia na organização das ideias e ajuda na simplificação da complexa cadeia de eventos e agentes que envolvem uma política pública. Para maior compreensão, detalha-se nos tópicos a seguir cada ponto do ciclo.

### **3.1. Identificação do problema**

O Problema público é a discrepância entre a realidade vivida e o ideal desejado. Este pode se apresentar de forma súbita, como um terremoto ou deslizamento de terra que afeta a população de uma região. Outra forma de se apresentar é crescendo em relevância na sociedade, como o nível de poluição em um determinado rio que aumenta ao longo dos anos. Também pode acontecer de o problema já existir a muito tempo, mas não receber suficiente atenção dos que convivem com ele, por terem aprendido a conviver com a situação ou por falta de visibilidade para o resto da sociedade. Exemplo disso é a falta de saneamento básico no bairro do Ancuri e a histórica falta de água no sertão nordestino.

A identificação do problema segundo Sjöblom *et al.* (1984 *apud* SECCHI *et al.*, 2010) envolve:

- A percepção do problema: uma situação só passa a ser insatisfatória quando afeta a percepção de muitos atores relevantes na sociedade. Por depender da percepção o problema é de fato um conceito subjetivo.
- Delimitação do problema: sintetiza-se em uma frase, e cria-se norteadores para se apontar de forma temporária o conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações. É considerada uma parte crucial.

- Avaliação da possibilidade de resolução: evidente que nem todo problema político será resolvido em sua totalidade sendo muitos apenas mitigados, mas a perspectiva de que algo pode ser feito é fundamental.

Se o problema é identificado por algum ator político (partidos, agentes públicos em entidades do terceiro setor), este pode lutar para que o objeto da ação entre na lista prioritária da agenda pública.

### **3.2. Formação da Agenda Pública**

A agenda nada mais é do que o conjunto de problemas ou temas tidos como relevantes, e pode se apresentar de formas diversas. Podem ser divididas em três categorias que são: agenda política, agenda formal e agenda da mídia segundo Cobb e Elder *et al.* (1983 *aput* SECCHI *et al.*, 2010).

A agenda política é um conjunto de problemas e temas percebidos pela comunidade política como relevantes e merecedores de ingerência. A formal é aquela onde o poder público já pré-determinou quais temas enfrentar e é chamada também de agenda institucional. A agenda da mídia é aquela que recebe atenção dos meios de comunicação e que por diversas vezes acaba mudando as duas anteriores pela pressão que exerce.

Os problemas podem entrar e sair da agenda conforme o interesse dos agentes surge ou desaparece ao longo do processo. Fatores como falta de tempo, recursos, mão de obra, popularidade e falta de vontade política tornam esse processo imprevisível. Cobb e Elder *et al.* (1983 *aput* SECCHI *et al.*, 2010) destacam que as três condições que fazem um problema elegível dentro do processo são a atenção que diferentes atores dão, a resolubilidade do mesmo e a competência dos envolvidos para resolvê-lo.

Nesse contexto se percebe como fica difícil a uma comunidade sem elevado poder econômico e centralidade de influência em Fortaleza, inserir os seus problemas na agenda pública da capital, e conseguir mantê-la em pauta por tempo suficiente até ser atendida.

### **3.3. Formulação de Alternativas**

O arquétipo da formulação preconiza o estabelecimento de objetivos, estratégias e estudos sobre as alternativas que são propostas. É no estabelecimento das metas e dos objetivos que as alternativas apresentadas pelos agentes públicos se digladiam entre quais serão os métodos, os programas, estratégias ou ações utilizadas.

Para tal é preciso que os gestores cheguem a um consenso sobre qual mecanismo usar e os requisitos que serão estabelecidos aos avaliadores. Entendendo que esse processo repercute nas próximas etapas, e influencia ou não na capacidade de avaliar o êxito ou fracasso da ação adotada, é importante que boas escolhas sejam tomadas.

Existem três técnicas levantadas por Dunn *et al.* (1993 *apud* SECCHI *et al.*, 2010) como suporte a essa decisão de alternativa, que são as projeções, as previsões e as conjecturas. Dentre essas, as conjecturas acabam sendo de longe as mais utilizadas pela constante falta de recursos ou tempo para avaliações mais detalhadas. Esse processo mais intuitivo ou emocional acaba deixando de lado a parte mais técnica do processo.

Nessa conjuntura mais empírica é que a maioria das instituições do terceiro setor acabam se enquadrando, tendo como planejadores os burocratas de rua, pessoas que estão na convivência diária do público alvo da ação.

### **3.4. Tomada de Decisão**

Momento seguinte a escolha dos objetivos e métodos, a tomada de decisão pode ser feita tanto olhando de forma direta ao problema e buscando uma solução mais específica para si, como pode ser feita ainda em um processo de ir e vir entre problemas e soluções, até se tomar o melhor caminho. Há também casos em que agentes apresentam a solução e se instiga a procura de um problema que possa ser solucionado com tal ação.

Existem quatro modelos principais que se destacam como guia para esta etapa. Os modelos de racionalidade são divididos em dois: racionalidade absoluta que parte

para um processo exclusivamente lógico; racionalidade limitada, que entende que os atores que tomam as decisões são limitados.

O modelo incremental se difere dos anteriores pois foca no lado mais político do que o técnico, e cria um fluxo de revisão e redefinição simultânea em diversos momentos da tomada de decisão. Ele entende que as ações do presente estão atadas com as decisões do passado, e compreende o papel exercido por interesses diferentes na ação.

O quarto modelo, denominado de fluxos múltiplos, foca primeiramente em encontrar soluções e depois encontrar o problema a ser sanado. Entende-se que é necessária uma confluência de problemas, soluções e condições políticas favoráveis, e que a parte a qual se pode ter controle é a elaboração de soluções. As outras partes devem acontecer, seja de forma aleatória ou por meio de influência dos agentes, mas que dependem do alinhamento de uma solução já existente.

Para evidenciar melhor os modelos citados, mostra-se a tabela abaixo comparando os quatro de forma bem objetiva.

**Tabela 1:** Modelos de tomada de decisão (2010)

<b>Modelos</b>	<b>Condições cognitivas</b>	<b>Análise das alternativas</b>	<b>Mobilidade de escolha</b>	<b>Critério de decisão</b>
<b>Racionalidade absoluta</b>	Certeza	Análise completa e cálculo de consequências	Cálculo	Otimização
<b>Racionalidade limitada</b>	Incerteza	Pesquisa sequencial	Comparação das alternativas com as expectativas	Satisfação
<b>Modelo incremental</b>	Parcialidade (interesses)	Comparações sucessivas limitadas	Ajuste mútuo de interesses	Acordo
<b>Fluxos múltiplos</b>	Ambiguidade	Nenhuma	Encontro de soluções e problemas	Casual

Fonte: Políticas públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos, 2010.

O entendimento dos modelos facilita o acompanhamento dos processos levados pelas instituições, e o seu desenrolar. Organizações que não possuem de forma bem descrita seu organograma nem buscam de forma clara a solução de um único problema, estão sujeitas a vivenciar modelos diferentes em ações paralelas. Isso não as define melhores ou piores, mas evidencia algumas fragilidades.

### **3.5. Implementação**

Considerada por muitos a parte mais prática de todo ciclo da política pública, é quando as intenções se tornam ações. No entanto é uma fase bem sensível e muitas vezes sujeita ao fracasso pela falta de conexão das etapas anteriores com a realidade, pouco engajamento da população ou inflexibilidade de readequações ao longo do percurso traçado.

A fase de implementação permite um outro olhar sobre o todo e por diversas vezes pede ajustes de rotas, objetivos e metas, necessitando de uma flexibilidade que nem sempre é permitida ou encorajada. O engessamento nesse momento pode fadar tudo ao fracasso, portanto a sensibilidade aos detalhes que não podem ser previstos em etapas anteriores, se torna de suma importância.

Apesar de diversos estudos realizados a partir da década de setenta do século passado, é de senso comum que dois modelos abrangem em sua totalidade os casos de implementação. Segundo Sabatier *et al.* (1986 *apud* SECCHI *et al.*, 2010) eles são categorizados entre *top-down* e *bottom-up* e são considerados antagônicos entre si.

O modelo *top-down* (de cima pra baixo) distingue claramente os tomadores de decisão e os implementadores. A implementação parte de um olhar técnico, normalmente bem detalhado, mas distante, onde a consolidação não passa de uma etapa delegada a setores administrativos em níveis inferiores de hierarquia.

Em contrapartida o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) amplia a participação dos chamados burocratas de rua, que são os agentes implementadores das políticas. É reconhecida a limitação técnica dos planejadores e existe uma proximidade maior entre o público alvo e os gestores, o que permite uma resposta mais clara das necessidades que são apontadas pela comunidade.

Durante o trabalho, todas as ações apresentadas pela Igreja Batista Central se apresentaram vindas do modelo *bottom-up* e se destacaram como flexíveis a mudanças, segundo se apresentavam as demandas dos colaboradores e dos assistidos. Buscou-se sempre a opinião dos executores, e partiram deles a prerrogativa de apresentar e sugerir soluções. Traz-se nesse modelo uma proximidade com a comunidade ao invés de um distanciamento pela falta de contato direto.

### **3.6. Avaliação**

Mesmo se apresentando no desenho como penúltima etapa, a avaliação em momento algum é restrita ao encerramento da implementação. Muito distante disso, a avaliação permeia o ciclo em todas as etapas, sendo ela *ex ante* (antes), *in itinere* (monitoramento durante) e/ou *ex post* (depois). Em cada momento se faz relevante esse exercício de examinar a política proposta com criticidade, afim não apenas de ajustar ou validar o que existe, como realinhar e dar *feedbacks* aos envolvidos.

A avaliação leva em conta certos critérios, que podem ser: economicidade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade. Também se procura padrões absolutos, históricos ou normativos. A relevância da escolha por qual caminho percorrer, é que revela o fracasso ou sucesso da ação. Para exemplificar pode-se escolher a ação de distribuição de cestas básicas realizadas na comunidade do Ancuri. Se for estabelecido o padrão absoluto de 1000 cestas entregues por mês e esse número não é alcançado, decreta-se fracasso, mas se o padrão escolhido foi o histórico, e for notado um aumento de 100 para 600 cestas, avalia-se sucesso.

Parar e avaliar é o que permite a tomada de decisão de continuar a ação como ela é, reestruturar aspectos práticos ou até mesmo extinguir, seja por êxito total ou insuperáveis dificuldades que se apresentaram na implementação (SECCHI, 2010). Porém uma avaliação detalhada demanda muito tempo e recursos, e são mínimas as vezes onde se pode dar ao luxo de fazê-la como desejado. Isso acaba criando muitas vezes ações que, ou caminham sem conseguir vislumbrar seus objetivos, ou morrem por não evidenciar seus resultados.

### 3.7. Extinção

Em analogia com o desenho do círculo que é evidenciado, o ciclo precisa chegar a um fim para que esse possa começar novamente. Sendo um momento muito delicado, e por isso muitas vezes postergado, é preciso compreender as três principais causas da extinção detalhadas por Giuliani *et al.* (2005 *apud* SECCHI *et al.*, 2010), entendendo assim como esse momento ocorre:

- O problema que originou a ação é tido como resolvido.
- Os programas, normas ou ações são tidas como ineficazes para a resolução do problema inicial.
- Mesmo não alcançando a meta inicial, perde-se progressivamente relevância ou atratividade no cenário da agenda formal e acaba definhando. Aponta-se essa a causa mais comum dentre as três.

Como as ações e políticas públicas adotadas geram efeitos na vida das pessoas, sua extinção também tem efeitos. Ações de caráter distributivo, como entrega de alimentos aos mais carentes, tendem a nunca serem encerrados, pois a carência atendida não se extingue. Por outro lado, em outras ações é preciso enxergar a potencialidade de novas ações que podem ser criadas e o início de um novo ciclo que pode surgir com o fim de um ciclo existente.

A compreensão detalhada do ciclo completo da política pública serve de base para as análises posteriores desse trabalho, pois permitem a avaliação de quais etapas foram observadas e vivenciadas pela Igreja Batista Central em suas ações. Este exame permite o vislumbre do papel proposto a ser vivido pela IBC junto ao bairro do Ancuri, e o nível técnico existente. Para tanto é preciso o enquadramento da igreja como agente promotor de políticas públicas.

## 4. TERCEIRO SETOR

Como forma de caracterizar as instituições existentes, os clássicos da economia decidiram catalogá-las em setores e dividi-las atualmente em três partes

(ALVES, 2002). Sendo definidos por finalidades e agentes e não por setores econômicos, denomina-os por sequência de primeiro a terceiro.

O primeiro setor refere-se ao setor público, que tem agente e função pública. Marcado pelo Estado como seu detentor de direito, é esperado dele a principal atuação no combate aos desequilíbrios e problemas encontrados na sociedade. O segundo setor contém os agentes privados que visam o lucro, e são regulados pelas leis do mercado. É composto por indústrias, empresas de serviço e comércio. O terceiro setor por sua vez, engloba um misto entre os dois setores anteriores, sendo este composto por agentes privados, mas que buscam atuar em funções públicas, representando assim entidades sem fins econômicos. Denominadas também como organizações não governamentais, é composto por associações, fundações, institutos, entre outros.

Apresenta-se de forma simplificada na tabela desenvolvida por Mário Aquino Alves (2002), a maneira como os setores se dividem então entre públicos e privados:

**Tabela 2:** setorização dos agentes por finalidade (2010)

<b>Setor</b>	<b>Agente</b>	<b>Finalidade</b>
Estado	Público	Público
Mercado	Privado	Privado
Terceiro Setor	Privado	Público

Fonte: Terceiro Setor: as origens do conceito, 2002.

A expressão terceiro setor foi introduzida nos anos de 1970 na língua inglesa (ALVES JUNIOR, 2010), mas remonta a organizações que já datam da virada do século XVI para o XVII que são voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH *et al.* 1991 *apud* ALVES *et al.*, 2002). Pesquisadores discutiram amplamente o termo na década seguinte e chegaram a deixá-lo em desuso, priorizando o termo “não lucrativo”, que se mostrou ainda mais limitado a abrangência das organizações que se busca estudar.

Ainda se criou outros termos que variam de país para país para catalogar as entidades, termos esses que são: “setor da caridade”, “setor independente”, “setor voluntário”, “organizações não-governamentais”, “economia social”, “filantropia”, entre outros. Com toda essa variedade tornou-se inviável a aplicação de estudos e foi necessária a volta da utilização da nomenclatura terceiro setor para englobar tudo. Buscou-se:

“preencher as lacunas do conhecimento já antigo sobre as milhares de escolas, hospitais, clínicas, organizações comunitárias, grupos de pressão, centros de atendimento, organizações humanitárias, creches, abrigos, agências familiares, grupos ambientais e outras que constituem esse importante setor” (SALAMON e ANHEIER, *et al.* 1997 *apud* ALVES *et al.*, 2002).

Hoje a definição do termo está consolidada e é amplamente utilizada por teóricos. No entanto, para um entendimento ainda maior dos critérios para se enquadrar nessa categoria, considera-se o “Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais” recomendado pela ONU. Julga-se do Terceiro Setor as instituições que simultaneamente se enquadrem em cinco critérios basilares, que são: sem fins lucrativos, privadas, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias.

No contexto brasileiro, pesquisadores e instituições buscam definir de forma categórica quais entidades podem ser chanceladas como terceiro setor, devido a variedade de pessoas jurídica que pleiteiam pertencer a essa categoria. Para isso, inicia-se a análise com a afirmação do Art. 44 do Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.01.2002) onde as pessoas jurídicas de direito privado são: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada.

Na Constituição Federal de 1988 em artigos diversos, elenca-se como organizações sem fins lucrativos as: associações (art. 5º, XVIII e XIX); fundações públicas (art. 37, XIX) e privadas (art. 150, VI, “c”); sindicatos (art. 8º, incisos I à VIII, e art. 150, VI, “c”); partidos políticos (art. 17 e art. 150, VI, “c”); cultos religiosos e igrejas (art. 19, I, e art. 150, VI, “b”); serviço social autônomo (art. 240, e art. 62 dos

Atos das Disposições Constitucionais Transitórias); cooperativas (art. 5º, XVIII, e art. 174, § 2º).

Cruzando as referências do Art. 44 do Código Civil, da Constituição Federal de 1988 e o manual recomendado pela ONU, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), classificaram exclusivamente como terceiro setor no Brasil as fundações, associações e organizações religiosas. Exclui-se então partidos políticos, sindicatos, cooperativas e entidades do sistema “S” (PEREIRA, 2005), mesmo sendo essas organizações sem fins lucrativos.

Por exercer atividade específica e de regulação própria, as organizações religiosas e os serviços sociais autônomos (entidades do sistema “S”), são colocadas como não unânimes e sem posicionamento claro para diversos teóricos. Mesmo sendo identificadas como Organizações sem fins lucrativos e, portanto, aptas ao título, Dr. Rodrigo Mendes Pereira (2005) destaca que não apenas o estrito sentido jurídico deva ser observado.

Nesse ambiente de incertezas o Ministério Público do Paraná (2019), ressalta que a igreja ou a instituição religiosa por vez:

Podem ser consideradas pertencentes ao terceiro setor quando elas desenvolverem atividades de interesse social, isto é, quando a sua atuação gere benefícios não só para os membros dessas comunidades, mas para um público mais amplo.

Compreende-se que esse assunto não se dá como esgotado no meio acadêmico e que novos pareceres podem ser lançados sobre as divergências, o que é natural. Apesar disso, embasa-se nas deliberações de grande relevância apresentadas pelo IBGE, pela FGV e pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) que convergem entre si, a escolha de considerar as instituições religiosas e as igrejas como Terceiro Setor.

De acordo com os critérios apresentados pelo MPPR pode-se considerar as ações realizadas pela Igreja Batista Central no bairro do Ancuri, como atividades que tem interesse social de atuação que vão para além dos membros dessa comunidade religiosa.

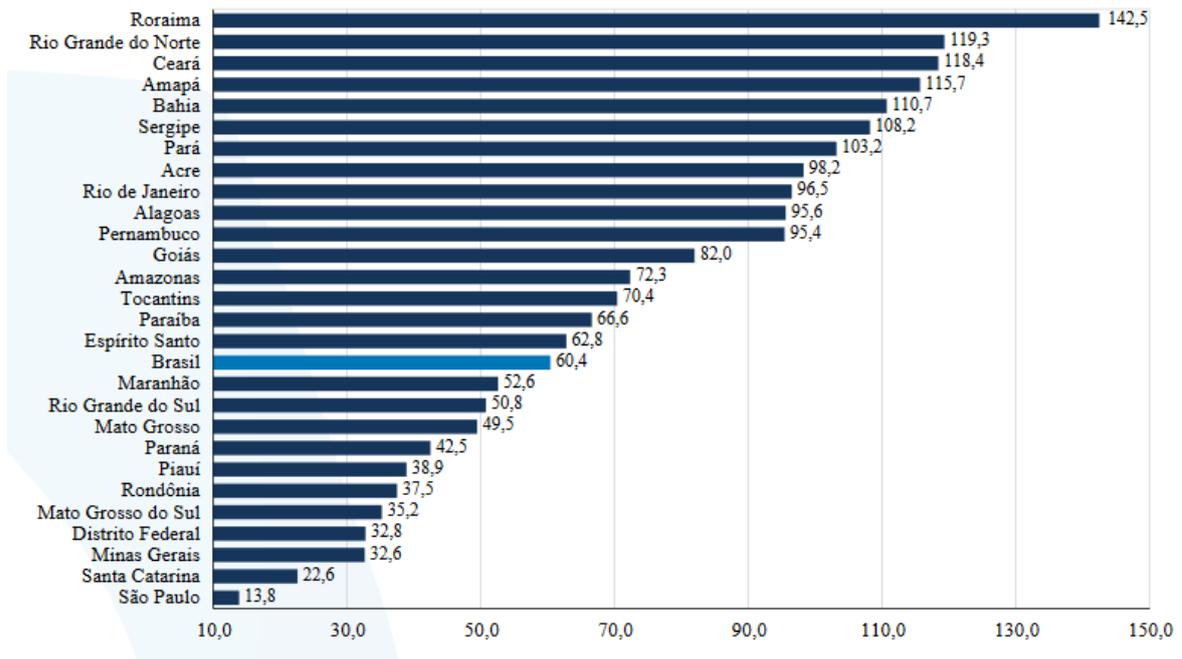
## 5. A REALIDADE DO BAIRRO ANCURI EM FORTALEZA

Localizado em área periférica no município de Fortaleza, estado do Ceará, o bairro do Ancuri é compreendido na nova organização administrativa de 2021 como de responsabilidade da regional 9. Alocado para administração pública direta no território 33, se situa na centésima segunda colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na tabela que compara os 119 bairros do município. A localidade ainda se encontra na terceira pior colocação em IDH de educação, de acordo com o último levantamento realizado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) no ano de 2010.

A compreensão do complexo problema da violência que assola o bairro, também é importante pois é apontado por pesquisa realizada pela Fundação Batista Central (2018) no Ancuri, como uma das maiores preocupações da população, se não a maior.

Um amplo olhar analítico sobre a segurança pública, ao qual afeta fortemente a comunidade que sofre com a ação de facções criminosas, o confronto entre elas e a cooptação de jovens para o crime, é realizado pelo Atlas da Violência 2020. Revela-se que o Ceará em 2018 está entre as Unidades Federativas do Brasil com o terceiro maior índice de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos para cada 100 mil habitantes. Torna-se alarmante o valor de 118,4 mortes apresentado na figura a seguir:

**Figura 3:** Taxa de homicídio de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018)



Fonte: Atlas da Violência (2020)

No município de Fortaleza, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, fez levantamento comparativo no ano de 2019 entre o índice total da população, e grupos exclusivos de homens, mulheres, meninos e meninas. Os números têm apresentado uma queda nos últimos dois anos, porém ainda apontam para taxas acima do ideal.

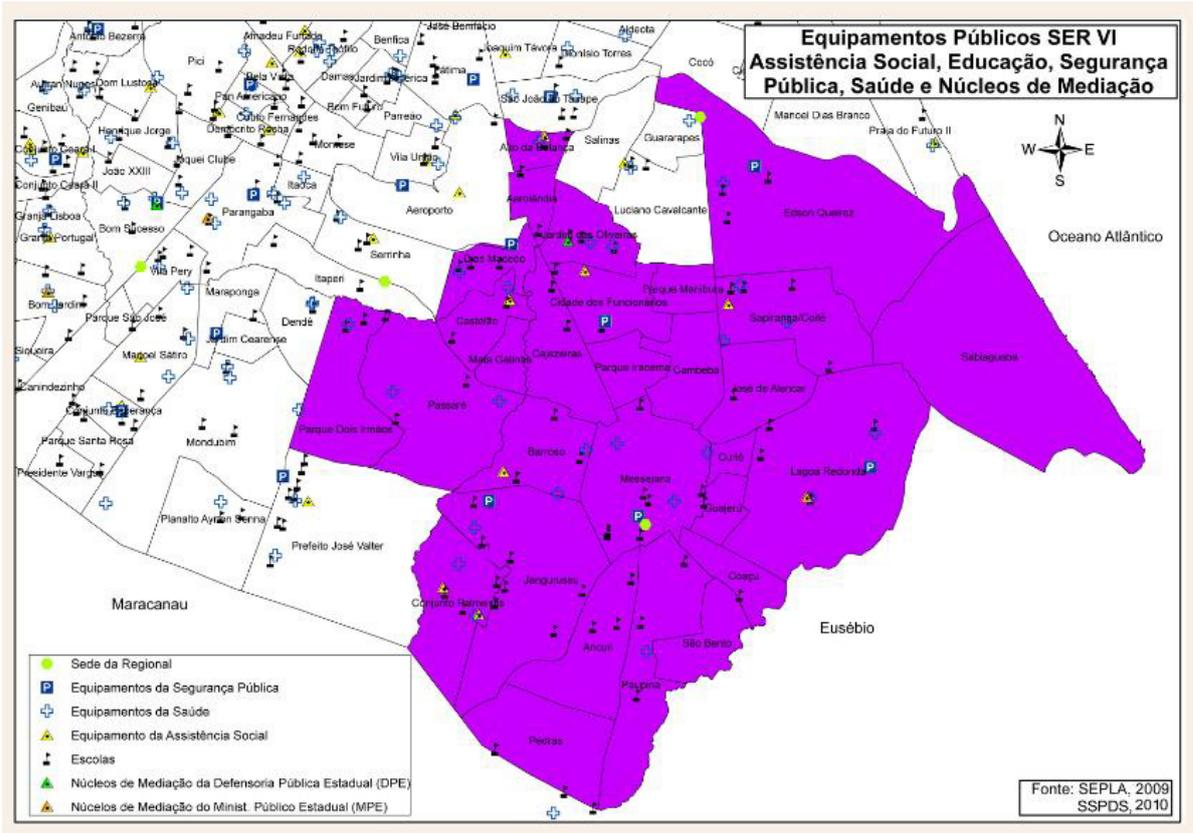
No caso das mulheres e das meninas (10 a 19 anos), as taxas têm se mostrado abaixo das 10 mortes para cada 100 mil habitantes. No entanto crimes contra a vida tendem a ocorrer prioritariamente contra homens (89,99% dos casos em Fortaleza), e para essa categoria os números continuam sendo assustadores. A taxa de homicídios na capital cearense entre homens é de 47,61 e de meninos (10 a 19 anos) 51,22, números acima da média estadual que são de 45,58 e 38,02 respectivamente. Ressalta-se que a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes, é uma metodologia utilizada pela Organização Mundial de Saúde para identificar o nível de segurança encontrada em uma determinada região. Para números superiores a 10, classifica-se a situação como uma epidemia de homicídios, como se observa em Fortaleza.

As taxas revelam uma vulnerabilidade dos mais jovens que apontam historicamente números superiores ao resto da população. O estudo realizado pelo comitê levanta questões que apresentam respostas para esse fator social, como vulnerabilidade dessa população, distanciamento dos equipamentos públicos e a fácil captação desses meninos e meninas para o crime organizado, que se apresenta por vezes como única opção.

De responsabilidade da antiga regional VI até janeiro de 2021, o bairro do Ancuri se encontra desamparado pela administração pública em relação a equipamentos públicos. A notada ausência do interesse público é evidenciada inclusive, pela falta que havia de transporte público circulando dentro do bairro. Era preciso deslocamento até a BR 116 ou o uso de transporte alternativo. Foi através de ação promovida pela comunidade com apoio e incentivo da Igreja Batista Central, que um abaixo-assinado foi entregue às autoridades cobrando uma posição. No ano 2011 a linha Santa Fé (653) foi criada, passando por dentro da comunidade do Ancuri. A IBC ainda construiu paradas de ônibus em frente ao seu Campus para melhor atender à população.

Em mapa apresentado por laboratórios da Universidade Estadual do Ceará (2011) aponta-se a escassez, ou até a falta, de equipamentos na área de segurança, saúde, educação, assistência social, Núcleos de Mediação da Defensoria Pública Estadual (DPE) e Núcleos de Mediação do Ministério Público Estadual (MPE). Tais ausências dificultam o desenvolvimento local e ampliam a diferença social entre esse bairro e outros com maior índice econômico.

**Figura 4:** Perfil da Regional VI de Fortaleza (2011)



Fonte: Mapa da Violência e Criminalidade em Fortaleza: Perfil da Ser VI, 2011.

Em relação à qualidade de vida, um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) coloca o Ancuri na 9ª pior posição em relação à coleta de lixo em Fortaleza, e em domicílios com banheiro de uso exclusivo. Com apenas 14,34% das residências ligadas a rede geral de esgoto, e a acumulação desses baixos indicadores, encontra-se na décima pior posição no Índice Sintético de Condições Domiciliares (ICD). Esse índice ainda leva em conta domicílios ligados à rede de água e de energia.

Nota-se então um vácuo do poder público em ações na região do Ancuri, e a ausência das necessidades da comunidade na Agenda Pública. Esse histórico de negligências evidenciou ainda mais a necessidade de ações por entidades do Terceiro Setor. É nessa lacuna deixada pelo Estado, que o bairro se sente desamparado, e busca outros agentes promotores de políticas públicas.

## **6. A IGREJA BATISTA CENTRAL**

Fundada em 1955 por missionários norte-americanos, a Igreja Batista Central surgiu com uma inquietação de transformar a cidade de Fortaleza. Na década de 60 se estabeleceu em uma propriedade na Rua Gonçalves Ledo, no centro da cidade, e ali se manteve até a década de 80, esclarecendo assim seu nome. Sobre novo pastoreio no ano de 1982, o número de membros cresceu exponencialmente e a igreja viveu uma época chamada de “peregrinação”, passando pelo Metropolitan Hotel, Parque Manibura, Colégio Kerigma e por último Colégio 7 de Setembro, antes de instalar seu Campos do bairro Ancuri (IBC, 2020).

No ano de 1996 a liderança da IBC, junto com seus membros, tomou a decisão de adquirir um terreno de 21 hectares no bairro do Ancuri, no entroncamento do anel viário com a BR-116. Transferiu suas atividades dominicais para a nova sede em 2003, após a construção de uma tenda que abriga 3.000 pessoas, e concluiu a transição das funções administrativas em 2007. Com um forte enfoque social, a igreja abraçou a comunidade que a cerca e fez dela sua prioridade de ação e transformação. Vale ressaltar, que ao instalar-se no bairro, fez a pavimentação da Rua do Cruzeiro e um recuo de toda extensão do seu terreno para construção de calçadas nas Ruas Estocolmo e do Cruzeiro, para uso de toda a população.

### **6.1 Fundação Batista Central**

No ano de 1989 foi fundada pela igreja a Fundação Batista Central (FBC). Pessoa jurídica sem fins lucrativos, que possui caráter humanitário e cristão, e desenvolve atividades na área da educação, cultura, e de caráter social e beneficente. Atendendo a públicos diversos, tem “como foco a compreensão de que só investindo na sustentabilidade social é que podemos ter esperança de um mundo mais solidário e fraterno” (PATRIA VOLUNTÁRIA, 2020).

Para concretização dessa visão, foram desenvolvidas iniciativas na área da educação (Colégio Kerigma e Kerigma Social), responsabilidade socioambiental (Ecovidas e Ecografite), saúde mental (Celebrando Restauração Cidadania) e desenvolvimento comunitário (Alcance Social).

Atualmente foca nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1- erradicação da pobreza, 3- saúde e bem-estar e 10- redução das desigualdades. Para isso, oferta gratuitamente aulas de futebol, funcional e zumba; atendimento na área da saúde é disponibilizado por psicólogos, fisioterapeutas e médicos; e uma loja social foi inaugurada funcionando como bazar.

## **6.2. As ações sociais**

Com um DNA social inspirado pelo Pacto de Lausanne 74, que difundiu a missão integral através dos teólogos latino-americanos Samuel Escobar e Rene Padilha, a IBC ao longo da sua história, buscou transmutar a realidade carente onde está inserida. Com ações voluntárias de seus membros, que nem sempre são catalogadas, ou com pactos de colaboração técnica assinados com entidades públicas para promoção de justiça e cidadania, a ação social faz parte das atividades corriqueiras da igreja (STOTT, 2003).

Através da membresia da igreja, várias iniciativas ocorrem de forma espalhada na cidade e região metropolitana de Fortaleza. Essas ações espontâneas são pontuais ou periódicas. Entre muitas, pode-se destacar as ceias natalinas realizadas na praça do Ferreira com moradores de rua e o projeto Agraciados que reúne em média 70 crianças a cada 15 dias, com uma programação lúdica, lanche e rodas de conversa no Lagamar.

De forma institucional, a IBC através do Programa Celebrando Restauração (CR), possui parceria com o poder público em diversas áreas. Destaca-se o acolhimento de apenados da Vara de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA), para cumprimento de pena de limitação de final de semana e prestação de serviço. Para atuação nos Centros Socioeducativos da capital, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica afim de promover ações semanais de escuta terapêutica em algumas unidades. No sistema prisional são desenvolvidos Grupos de Apoio semanais, que seguem a metodologia dos 12 Passos do AA. Periodicamente é realizada a entrega de enxovais para as gestantes do Instituto Penal Feminino Des. Auri Moura Costa.

Á partir do ano de 2007 com a mudança definitiva da área administrativa para o Campus IBC, o bairro Ancuri passou a ser o foco de atuação da Igreja. Inicialmente

foi criado o projeto Alcance Social, que foi responsável pelo recebimento e distribuição de alimentos e roupas doadas para as pessoas do bairro.

O projeto Ecovidas surgiu para promover ações de sustentabilidade, provocando mudança de cultura sobre o descarte de lixo e materiais recicláveis. Introduzido inicialmente nos escritórios da igreja através de palestras aos funcionários e mudança das lixeiras, expandiu-se para a comunidade com a instalação de pontos de coleta de materiais recicláveis nos estacionamentos em 2008, e uma parceria foi firmada com a Associação de Catadores do Jangurussu (ASCAJAN).

Fruto desse trabalho, nasceu o Ecografite, uma ação com adolescentes e crianças do bairro que visava a promoção da arte e da consciência ambiental. Esse grupo se transformou depois no Bate Lata, projeto que ocorreu de 2009 a 2018, que promovia a musicalização utilizando apenas materiais recicláveis. Do relacionamento com esses jovens percebeu-se a carência na comunidade de atividades voltadas para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, no contraturno escolar, dando início ao projeto Alpha em 2012.

**Figura 5:** Encontro Bate Lata (2018)



Fonte: Instagram Institucional IBC, 2021

O projeto Alpha foi ampliado e se tornou o Kerigma Social em 2013 através da FBC. Esse projeto atendia 200 crianças pela manhã e pela tarde, com aulas de arte, dança, violão, flauta, karate e reforço escolar.

## **7. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA**

Nesta sessão apresenta-se as informações levantadas junto a gestores, sobre as ações promovidas através da Igreja Batista Central na comunidade do Ancuri. Dados coletados pela FBC junto à Empresa Júnior de Estatística – Gauss da UFC, ajudará a analisar a percepção da comunidade em relação as atividades realizadas, juntamente com um levantamento de perfil dos usuários.

### **7.1. Histórico das ações realizadas entre 2015 e 2020**

O histórico apresentado a seguir se divide em 6 áreas principais de atuação: educação, saúde, lazer, bem-estar social, meio ambiente e distribuição de alimentos. Buscou-se uma linha cronológica de cada ação para um melhor entendimento do ciclo da política aplicada.

#### **7.1.1. Educação**

No ano de 2015 era realizado o projeto Kerigma Social como já detalhado anteriormente. Porém nesse ano surgiu uma dificuldade em mantê-lo como desenhado inicialmente, pois as escolas migraram para o modelo integral de ensino, e as crianças e adolescentes assistidos já não tinham mais o tempo do contraturno escolar. Com isso surgiu o desafio de remodelação do projeto, invertendo o caminho percorrido. Ao invés das crianças virem da escola para a igreja, a igreja decidiu ir até as escolas.

Estabeleceu-se uma parceria com a Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Otacílio Colares, que perdurou até o início da pandemia da Covid-19 em 2020. Realizava-se dois encontros semanais com as turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, através da vivência de círculos de paz, uma metodologia que promove a mediação de conflito. A proximidade com a escola provocou o desejo no corpo de

professores de participar de Grupos de Apoio, onde de forma voluntária os professores poderiam participar de rodas de partilha baseadas na metodologia dos 12 passos dos grupos anônimos.

### **7.1.2. Saúde**

O programa Celebrando Restauração (CR), facilita grupos de ajuda mútua no campus da IBC, todas as segundas-feiras, desde 2009. O programa oferece grupos de apoio nas áreas de álcool, drogas, depressão, problemas emocionais, entre outros. Recebendo demanda mais especializada para atendimento psicológico, iniciou contato com psicólogos parceiros em 2014, e começou o encaminhamento das pessoas da comunidade para os consultórios desses psicólogos. O projeto, apesar de uma queda em 2019 e 2020, pretende retomar suas atividades com rodas de partilha e grupos terapêuticos, uma vez por semana, a partir de abril de 2021.

Em 2015 o bairro Ancuri sentia-se desamparado na área da saúde. Eram realizados quinzenalmente atendimentos médicos por um voluntário, mas a demanda da comunidade era muito superior à ofertada. Havia um posto de saúde localizado na região, mas que se encontrava fechado por falta de profissionais e equipamentos. Promoveu-se então no dia 8 de novembro daquele ano, uma grande ação onde tendas do exército foram montadas em frente ao posto e diversos atendimentos de saúde foram realizados por voluntários da igreja. A imprensa registrou o movimento e o poder público sentiu-se impelido a fazer o posto funcionar. Depois da ação, o posto foi colocado em funcionamento e assim se mantém até hoje.

O atendimento médico na IBC continuou acontecendo, e foi ampliado com a vinda de mais profissionais voluntários. Hoje acontece de forma mensal, com a média de 3 médicos que oferecem atendimento em diferentes especialidades. Porém uma dificuldade que se apresenta até hoje, é que as prescrições de medicamentos feitos na igreja não são aceitas no posto de saúde. Isso inviabiliza o acesso das pessoas a esses remédios. Relata-se que vários contatos foram feitos para se construir essa ponte entre IBC e posto de saúde, mas que até hoje não se materializou.

**Figura 6:** Atendimento médico na Igreja Batista Central (2020)



Fonte: Instagram Institucional FBC, 2021.

No final de 2016, a demanda por atendimentos de fisioterapia casou com o projeto apresentado por uma pessoa membra da igreja, que planejava usar a estrutura da igreja para fornecer esse tipo de cuidado as pessoas do entorno do Campus. Essa voluntária levantou outras 3 fisioterapeutas para ajudá-la nos atendimentos, e toda sexta-feira trazia equipamento da sua clínica de Pilates para auxiliar nos tratamentos. A IBC auxiliava com a parte de escritório, fazendo agendamentos e controlando a fila de espera. Infelizmente o projeto foi interrompido no final de 2018 por problemas de saúde da idealizadora, mas com o projeto reestruturado, planeja voltar os atendimentos após a crise sanitária do coronavírus.

### **7.1.3. Lazer**

Desde 2013 com a chegada da zumba ao Brasil, começaram a acontecer de forma esporádica, aulas no estacionamento de um comércio local. Incentivado pela comunidade, e percebendo a potencialidade em promover saúde e lazer, a IBC em 2014 contratou uma professora para ministrar as aulas de dança. Chegando a alcançar uma média de 50 alunos por aula, decidiu-se expandir a ação para além da atividade física, promovendo encontros e rodas de conversa. Em 2015 foi necessária

a troca da profissional por questões de agenda, mas o programa se consolidou e permanece até hoje em funcionamento.

No ano de 2016, um Grupo de Relacionamento da IBC – grupo de pessoas que reúnem para promover a missão da igreja - decidiu desafiar seus membros a perder peso e começaram a promover encontros semanais no Campus IBC com esse objetivo. Um nutricionista e um estudante de educação física, integrantes do grupo, estruturaram aulas de ginástica funcional para todos. As pessoas da comunidade que utilizam o terreno da igreja para praticar atividades físicas notaram as aulas e se interessaram em participar também. Percebendo o número crescente de participantes, a igreja buscou saber mais sobre o movimento, se dispôs a fornecer um auxílio financeiro aos profissionais e montar o equipamento de som que auxilia a aula. Hoje as aulas continuam acontecendo de forma gratuita, duas vezes por semana e tem uma média de 30 participantes.

**Figura 7:** Aula de Funcional (2020)



Fonte: Instagram Institucional FBC, 2021.

Fugindo um pouco da linha cronológica, existe o programa Amiguinhos da Bola, que acontecia em um campo de futebol em frente ao terreno da IBC bem antes de

2015. O projeto tem como fundador o Jorge, que também é membro da igreja, e abraça crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, oferecendo aulas de futebol. Após um traumático assassinato dentro do campo onde o projeto acontecia, as aulas foram trazidas para o campo e para a quadra da igreja em 2016.

Com essa migração, a IBC ajudou a estruturar melhor a agenda de treinos, que acontecem 4 vezes por semana e divide os alunos em faixas etárias. Um auxílio financeiro é dado para o Jorge e seu assistente, e as aulas são todas ministradas na quadra poliesportiva da IBC. Em tempos não pandêmicos, também foram promovidos pequenos campeonatos com as escolas do bairro, para promover a interação entre os jovens.

**Figura 8:** Treino no campo de futebol da Igreja Batista Central (2019)



Fonte: Instagram Institucional FBC, 2021.

No ano de 2019 foi inaugurada uma quadra de areia que dá acesso a prática de vôlei de praia, futevolei, e futebol de areia. A quadra é usada quase que diariamente por jovens do Ancuri como ambiente de lazer.

#### **7.1.4. Bem-estar social**

De forma tímida e assíncrona, eram realizados até o ano de 2017, bazares com roupas e outras coisas doadas pela membresia da igreja. No início de 2018 foi

realizada uma grande campanha de doação, e nas férias de julho grandes bazares foram realizados semanalmente. Com público variando entre 250 e 300 pessoas, e uma variedade maior de itens, decidiu-se pela realização mensal dessa atividade.

**Figura 9:** Bazar de roupas (2018)



Fonte: Instagram Institucional FBC, 2021.

Esse movimento fez brotar o desejo de se ter um atendimento mais humanizado e tranquilo. Com isso transformou-se o grande bazar mensal, em uma lojinha física encontrada na entrada do terreno da IBC. Surgiu também a ideia de se realizar o Social Fashion, evento no qual pessoas da comunidade desfilam com peças do bazar.

No ano de 2019 um segundo evento realizado na tenda da IBC, o Ancuri Fashion, trouxe um público bem maior. A ideia do desfile permaneceu, e também foram promovidas palestras sobre moda, vestimenta e bem-estar.

No segundo semestre de 2020, a lojinha passou por reformas e se transformou na Casa do Bem. Com atendimento marcado e individualizado, as pessoas da comunidade são acompanhadas em suas compras e recebem uma atenção especial dos voluntários. Hoje a casa conta com doações não apenas dos membros, mas de lojas parceiras que doam parte de suas vestimentas para a o projeto.

**Figura 10:** Loja Bazar do Bem (2020)



Fonte: Instagram Institucional FBC, 2021.

#### **7.1.5. Meio ambiente**

Sendo uma preocupação constante da IBC desde o Projeto Ecovidas, o fator ambiental foi mais uma vez difundido com a criação de uma trilha ecológica no terreno da igreja em 2016. Com entrada feita com pneus reciclados, a ideia é promover a conscientização das pessoas através do passeio.

**Figura 11:** Trilha Ecológica Eco Vidas no Campus IBC (2020)



Fonte: ISO 2019, 2011.

No ano de 2018, grandes obras estruturais foram realizadas na IBC, entre elas o estacionamento que foi todo reformado. No processo, foram feitas doações pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), de plantas nativas do estado do Ceará. Elas foram plantadas em todo o estacionamento e nas calçadas externas à igreja. Com isso a igreja busca ofertar um ambiente arborizado para que a comunidade possa usufruir. É normal ver pessoas realizarem piqueniques com suas famílias nas áreas verdes do Campus e realizarem caminhadas.

#### **7.1.6. Distribuição de alimentos**

A doação de kits de alimentos acontecia, até o início de 2020, de forma não programada pela igreja. Recebendo doações de indústrias alimentícias e de fiéis, os kits eram montados e distribuídos sempre que a necessidade se apresentava.

Com a vinda da pandemia, a partir de março de 2020, essa demanda cresceu exponencialmente e a IBC entendeu que uma ação mais contundente precisava ser realizada. Através da Fundação, concorreu-se a editais para obtenção de maiores recursos, e desta forma mais de 10 toneladas de alimentos foram doadas em cestas básicas.

Essa entrega foi realizada entre maio e junho de 2020, com recursos vindos da Fiocruz e da Fundação Banco do Brasil. Os alimentos foram comprados em comércios

locais para incentivo do comércio do bairro, e foram reforçados com doações de indústrias de alimentos parceiras.

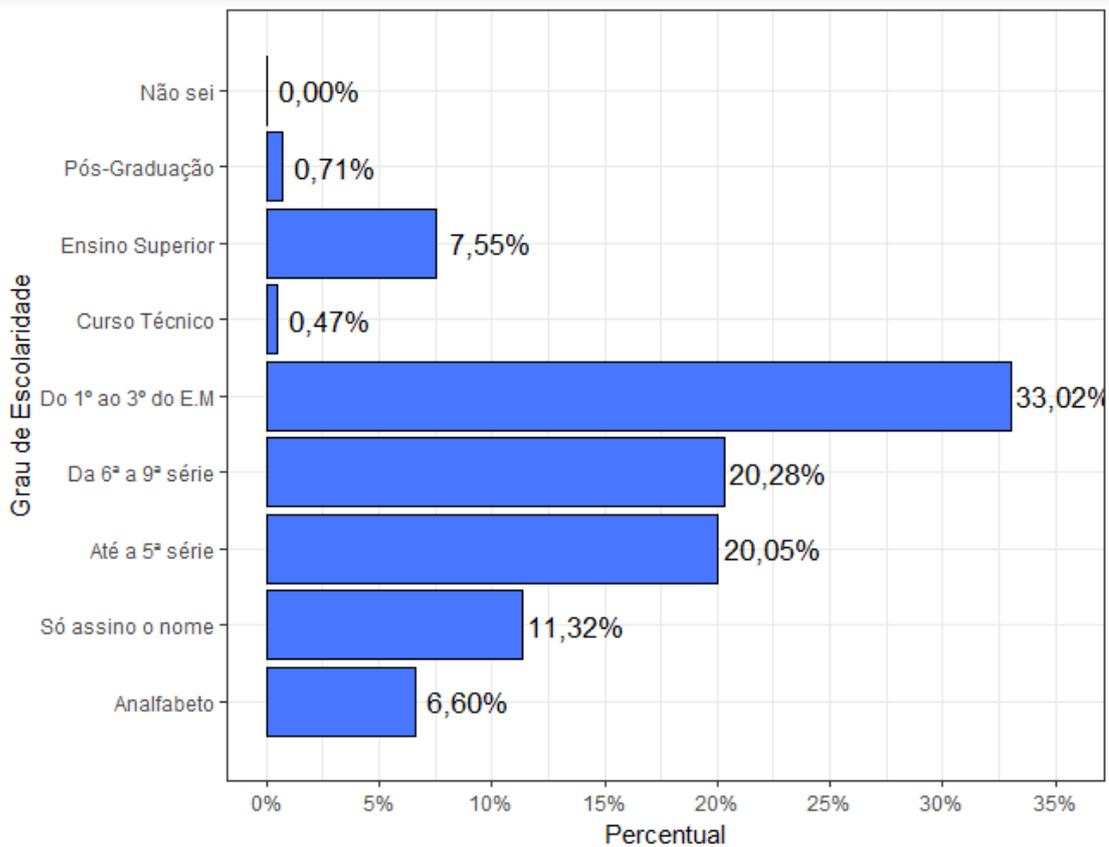
Ressalta-se que a partir desse movimento a IBC decidiu por expandir as ações, profissionalizando a mão de obra da Fundação Batista Central e dando a ela maior autonomia. Com a contratação de dois profissionais técnicos na área, iniciou-se uma organização de todas as ações existentes, integração entre os projetos que já funcionam e um direcionamento rumo a um objetivo mais claro. Esse processo permitiu reformas em áreas de uso exclusivo da fundação e expansão de parcerias com outras instituições do terceiro setor na região.

## 7.2. Perfil dos usuários

Pesquisa realizada em 2018 com a comunidade do Ancuri, buscou detalhar o perfil das pessoas que tem contato com a IBC, suas demandas pessoais e impressões que tem da IBC. Com 75,8% dos entrevistados do sexo feminino, e com grande maioria distante dos estudos (94,16%), descobriu-se ainda que:

- 18,18% dos lares, tem todos os membros desempregados. 54,07% depende de somente um mantenedor, enquanto 23,44% pode contar com dois.
- 60,29 dos lares tem como responsável financeiro os homens. Em 21,29% dos lares, essa responsabilidade recai sobre as mulheres, e nos outros 18,42%, ambos os sexos detém a incumbência.
- 74,7 % possui casa própria; 15,9% mora de aluguel; as outras 9,4% vivem em moradias cedidas.
- O grau de escolaridade é representado a seguir através de gráfico:

**Figura 12:** Grau de escolaridade do entrevistado (2018)



Fonte: Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri, 2018.

- Sobre os itens que os entrevistados possuem em casa e a quantidade, a resposta foi a seguinte:

**Tabela 3:** Itens que os entrevistados possuem ou não em casa e a quantidade dos mesmos (2018)

Itens	Não tem	1	2	3 ou mais
Tv	5,89%	71,69%	20,51%	1,88%
Aparelho DVD	54,71%	42,92%	1,65%	0,70%
Rádio	43,63%	52,83%	0,70%	0,47%
Computador ou notebook	73,82%	22,40%	1,41%	1,41%
Automóvel	68,39%	28,53%	1,17%	1,18%
Máquina de lavar roupa	38,44%	60,14%	0,47%	0,70%
Geladeira	2,83%	93,63%	1,65%	1,17%
Telefone fixo	90,09%	7,31%	0,23%	0,70%
Smartphone	39,15%	26,17%	22,16%	10,61%
Acesso à internet	48,11%	44,10%	4,48%	2,35%
Tv por assinatura	86,08%	11,55%	0%	1,17%
Banheiro	0,94%	76,41%	19,10%	3,53%

Fonte: Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri, 2018.

Em relação as demandas dos moradores sobre bairro, e quais as percepções sobre o lugar que habitam, foram realizadas as seguintes perguntas:

- “Com o que você mais se preocupa na comunidade?”

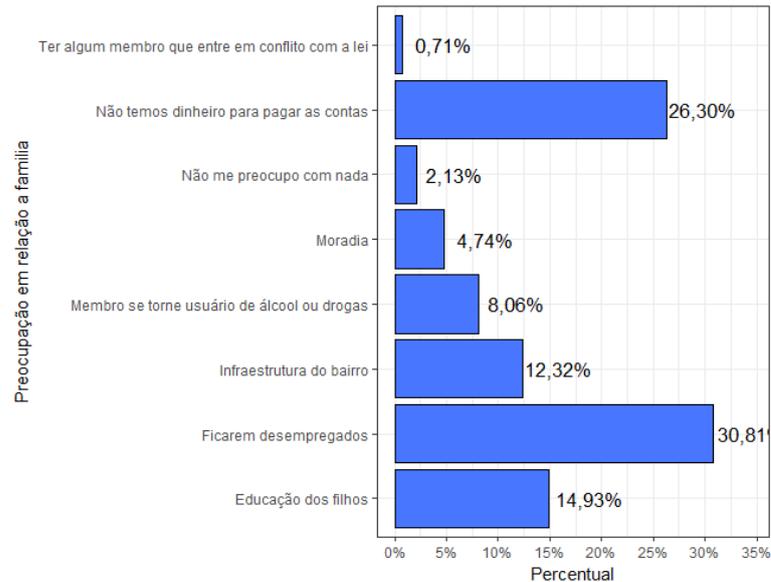
**Tabela 4:** Problemas que mais preocupam a comunidade (em percentuais) (2018)

Problemas	Não me preocupo (%)	Preocupo-me pouco (%)	Preocupo-me bastante (%)
Mobilidade	10,93	25,42	63,65
Violência	1,19	4,05	94,76
Estrutura de postos de saúde e Escolas	3,59	19,38	77,03
Tráfego	3,16	2,18	94,66
Saneamento	2,16	6,49	91,35
Espaços para lazer	3,61	8,65	87,74
Ausência de ações do governo	1,44	16,27	82,30
Ausência de um CRAS	1,43	10,45	88,12
Adolescentes sem atividade extra escolar	3,57	13,57	82,86
Lixo nas ruas	5,00	17,62	77,38
Disputa de território	6,89	4,51	88,60
Desemprego	1,42	1,65	96,93

Fonte: Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri, 2018.

- “O que mais lhe preocupa em relação a sua família?”

**Figura 13:** Preocupação em relação a família dos moradores do Ancuri (2018)

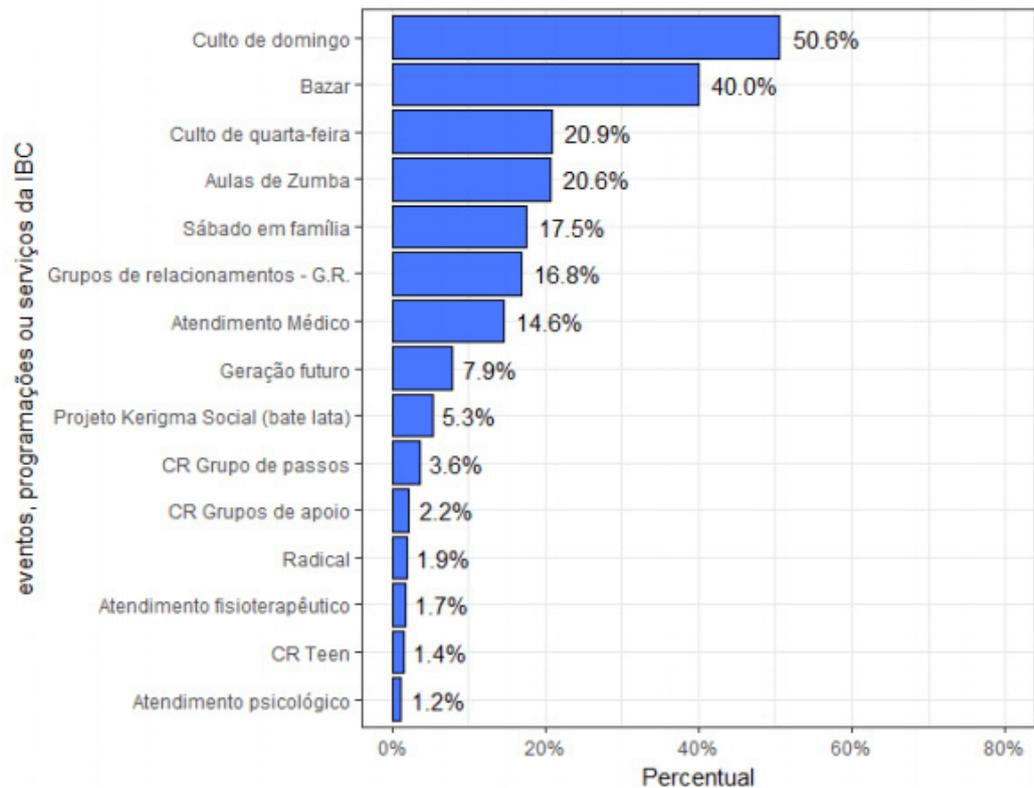


Fonte: Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri, 2018.

Em relação a sensação de segurança no bairro, ninguém se sente seguro na rua. Dois terços dos entrevistados (66,59%) apontaram suas residências como porto seguro, e o outro um terço apontou a ambiente das igrejas. 22,43% fala especificamente da IBC, enquanto os outros 10,74% destacam outras comunidades religiosas.

Sobre o relacionamento das pessoas com a Igreja Batista Central, destaca-se que 13,4% se declara membra, 9,3% frequenta bastante o campus, 52% frequenta às vezes, 22,7% conhecem, mas nunca visitaram e apenas 2,6% não conhecem. Já em relação a quais eventos, programações e serviços que os entrevistados participam, os números se apresentam da seguinte forma:

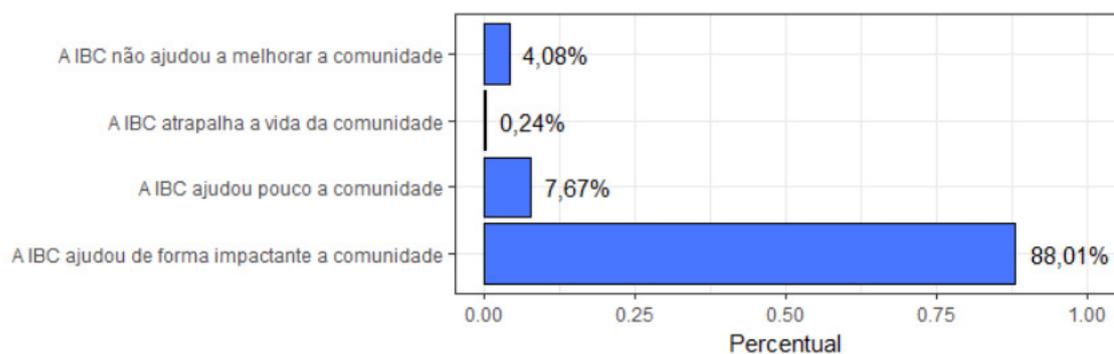
**Figura 14:** Gráfico de barras referente ao percentual de pessoas que participam dos respectivos eventos, programações e serviços da IBC (2018)



Fonte: Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri, 2018.

Quando perguntados como observam a comunidade antes e depois da chegada da Igreja Batista Central, a resposta foi a seguinte:

**Figura 15:** Gráfico de barras referente ao percentual das opções de como as pessoas veem a comunidade antes e depois da IBC (2018)



Fonte: Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri, 2018.

Ao serem questionados em relação uma frase que melhor represente a IBC, elas se apresentam na seguinte ordem:

- Sempre faz muito para ajudar a comunidade (20,76%)
- Igreja preocupada com a comunidade (20,29%)
- Lugar de restauração (13,13%)
- Igreja que representa Jesus (12,89%)
- Lugar onde me sinto bem (10,5%)
- Lugar seguro e acolhedor (8,59%)
- Pode fazer muito pela comunidade (6,68%)
- Igreja diferente das que já conheci (3,34%)
- Igreja como qualquer outra (1,43%)
- Igreja que não se preocupa com os pobres (1,19%)
- Igreja de gente rica (0,72%)
- Não me sinto acolhido(a) quando vou lá (0,48%)

Quando foi pedido aos entrevistados sugestões de temas a serem desenvolvidos pela IBC junto à comunidade, destacou-se Mercado de trabalho e empregabilidade. Seguiu-se com Importância da família, Violência contra a criança ou adolescente, e empatados tecnicamente, Abuso e prevenção ao uso de drogas e álcool e Cuidado com idosos.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo dessa pesquisa foi analisar políticas públicas realizadas pelo Terceiro Setor, através da Igreja Batista Central (IBC) junto à comunidade do Ancuri durante os anos de 2015 e 2020, almejou-se robustez teórica que permitisse o embasamento do trabalho. Buscou-se também coletar dados e informações em diferentes plataformas e utilizou-se de diferentes ferramentas de pesquisa, fazendo uso do método da observação participante para análise dos dados obtidos.

No que tange as ferramentas de coleta de dados da pesquisa, tem-se primeiro a relação do pesquisador com a comunidade. A vivência em diferentes níveis permitiu um panorama histórico e um conhecimento prévio do assunto estudado. Entrevistas realizadas com gestores da IBC aprofundaram e enriqueceram em detalhes o trabalho. Com troca de dados e histórias, possibilitou-se uma visão mais ampla e orgânica do assunto estudado.

No que diz respeito as limitações do trabalho, o período de pandemia do coronavírus entre os anos de 2020 e 2021, inviabilizou a participação presencial nos projetos, e mudou a realidade e o andamento normal das atividades.

Se tratando ainda de limitações, foi elaborado um questionário para o público beneficiado pelos projetos e ações. Porém, mesmo sendo enviado por meios eletrônicos, o número de preenchimentos foi insuficiente para utilização na análise, obrigando assim o levantamento de perfil através de questionário já aplicado no ano de 2018 pela Fundação Batista Central.

Em termos de metodologia, o estudo apresentado nesta monografia se trata de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo que se propõe a elaborar conhecimento sobre o ciclo da política pública aplicada por um agente do Terceiro Setor junto a uma comunidade a margem do Estado.

Diante do objetivo proposto, analisa-se uma grande quantidade de ações promovidas pela Igreja Batista Central de Fortaleza que buscam sanar as lacunas deixadas poder público. Buscando trabalhar em diversos aspectos diferentes, que

perpassam do atendimento médico até um desfile de moda, as atividades propostas abraçam diversas temáticas e tentam atender o público diverso do bairro. Por um lado, isso mostra a lacuna deixada pelo poder público, e por outro, reforça o entendimento que sem a ação do Terceiro Setor a comunidade do Ancuri estaria ainda mais desamparada.

Essa perspectiva permite o entendimento que as ações da IBC no Ancuri caracterizam a igreja como um agente do Terceiro Setor, promotor de políticas públicas. No caso analisado, percebe-se ações que promovem, saúde, bem-estar, lazer, educação, assistencialismo e cuidado do meio ambiente, todas prerrogativas primeiras do Estado.

Ressalta-se que a proposição da “agenda pública” é realizada por agentes da própria comunidade da IBC e do Ancuri. Sendo esses também formuladores e implementadores das ações, o engajamento é notório.

Destaca-se, no entanto, que a diversidade de temáticas abraçadas, por vezes não facilita uma articulação geral. Por surgirem de forma espontânea e não coordenadas, alguns projetos não apresentam metodologia definida, nem objetivos claros a serem alcançados. A existência de ações em áreas afins, não necessariamente significa que essas caminham em conjunto.

Apesar desse ponto, analisa-se que a IBC busca dar ferramentas para que as ações continuem a acontecer, e busca um relacionamento real com a comunidade, dialogando com ela e buscando atender suas necessidades. Percebe-se que a ideia não é promover ações exclusivamente assistencialistas, mas trazer dignidade a vida humana de forma criativa e ampla.

Como mencionado no trabalho, uma articulação melhor tem sido buscada através da profissionalização e autonomia da FBC, e espera-se uma ampliação das repercussões sociais no Ancuri.

Por fim, ressalta-se a relevância do assunto tratado, pois permite ao campo de públicas evidenciar outros atores que atuam na busca por atender às demandas sociais e amplia a discussão sobre as instituições do terceiro setor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. A. **Terceiro Setor**: as origens do conceito. 2002. Disponível em: [https://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2020.

ALVES JÚNIOR, Maiso Dias. **Sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos**: Evidências e Experiências no Terceiro Setor: Um Novo Paradigma de Gestão no Empreendedorismo Social. Premium Editora. Fortaleza, 2010.

BRASIL. **Código Civil 2002**. 52 ed. São Paulo: Saraiva 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CERQUEIRA e col. **Atlas da Violência 2020**. Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**: relatório julho-dezembro 2019. 2020. Disponível em: <http://homolog.adeboaz.webfactional.com/ccpha/cada-vida-importa-relatorio-julho-dezembro-2019.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

FBC (Fundação Batista Central); GAUSS (Empresa Junior de Estatística UFC). **Análise Final da Pesquisa Realizada pela Fundação Batista Central no Ancuri**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <file:///D:/Israel%20Massambani/Desktop/SALVAR%20ISSO/GPP/levantamento%20ancuri%20ibc.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

FBC (Fundação Batista Central). **Instagram institucional FBC**. Fortaleza, 2021. Instagram: @fbcfortaleza. Disponível em: <https://www.instagram.com/fbcfortaleza/?hl=pt-br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

FORTALEZA. Instituto de Planejamento de Fortaleza. **Fortaleza em Mapas**. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/fortaleza-em-bairros/dados-dos-bairros-de-fortaleza/Ancuri>. Acesso em 25 de março de 2021.

FORTALEZA. Instituto de Planejamento de Fortaleza. **Prefeitura de Fortaleza inicia transição da nova territorialização de Fortaleza**. Fortaleza, 2021. Disponível em: [https://www.fortaleza.ce.gov.br/images/0001/07\\_01\\_2021\\_MAPA-NOVAS-REGIONAIS.pdf](https://www.fortaleza.ce.gov.br/images/0001/07_01_2021_MAPA-NOVAS-REGIONAIS.pdf). Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

IBC (Igreja Batista Central de Fortaleza). **Creia**: Como chegamos até aqui. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://ibc.org.br/creia>. Acesso em: 24 de dezembro de 2020.

IBC (Igreja Batista Central de Fortaleza). **Instagram institucional IBC**. Fortaleza, 2021. Instagram: @ibcfortaleza. Disponível em: <https://www.instagram.com/ibcfortaleza/?hl=pt-br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

IBC (Igreja Batista Central de Fortaleza). **ISSO 2019**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/ibcfortaleza/albums/72157691116126443>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2016**. Atualizado em 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

IPECE. **Perfil Municipal de Fortaleza**: tema ix: as condições domiciliares dos bairros. Tema IX: As Condições Domiciliares dos Bairros. 2012. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece\\_Informe\\_44\\_12\\_novembro\\_2012.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_44_12_novembro_2012.pdf). Acesso em: 03 de outubro de 2020.

LABVIDA e col. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza**: Perfil da SER VI. Fortaleza, 2011. Disponível em: [http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional\\_VI.pdf](http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_VI.pdf). Acesso em: 2 de setembro de 2020.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M De A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. P. 174-213. Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_história-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_história-i/historia-ii/china-e-india). Acesso em: 25 de janeiro 2020.

MOOVIT. **653 Santa Fé**. Disponível em: [https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte\\_p%C3%BAblico-line-653\\_SANTA\\_F%C3%89-Fortaleza-983-9809-386285-0](https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-line-653_SANTA_F%C3%89-Fortaleza-983-9809-386285-0). Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

MPPR (Ministério Público do Paraná). **Terceiro Setor – Perguntas frequentes**. Fundações e Terceiro setor. Paraná 2019. Disponível em: <https://fundacoes.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

O TERCEIRO setor e sua contribuição social estudo de caso: coletivo teto. Rio de Janeiro. Monografias. Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/comunicacao-marketing/o-terceiro-setor-sua-contribuicao-social-estudo-caso-coletivo.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

PATRIA VOLUNTÁRIA. **FBC**: Fundação Batista Central. Brasil, 2020. Disponível em: <https://patriavoluntaria.org/pt-BR/aggregator-builders/df652c60-1519-43ba-b945-ae231b21620e/about?modalId=0f5dc358-ce1f-40fe-b521-7c505224d209&modalType=aggregator>. Acesso em 15 de janeiro de 2021

PEREIRA, Dr. Rodrigo Mendes. **Terceiro Setor: Identificando suas Organizações e propondo um Novo Conceito**. OAB São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/gestoes-anteriores/direito-terceiro-setor/artigos/terceiro-setor-identificando-suas-organizacoes-e-propondo-um-novo-um-conceito-dr.-rodrigo-mendes-pereira>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A Evolução do Conceito de Cidadania**. Disponível em: [https://www.academia.edu/6496821/A\\_EVOLU%C3%87%C3%83O\\_DO\\_CONCEITO\\_DE\\_CIDADANIA](https://www.academia.edu/6496821/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DO_CONCEITO_DE_CIDADANIA). Acesso em: 5 de setembro de 2020.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. Fortaleza, Arte Escrita, 2008. 7-15 p. Disponível em: [http://www.mapp.ufc.br/images/revista\\_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/9d/revistaaval.pdf](http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/9d/revistaaval.pdf). Acesso em: 25 de novembro 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. Cangage do Brasil. Santa Catarina, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Desenvolvimento Humano, por Bairro, em Fortaleza**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://en.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

STOTT, John. **Pacto de Lausanne**. Série Lausanne 30 anos. ABU Editora. São Paulo, 2003.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 28 de fevereiro de 2021

## **APENDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS GESTORES**

1. Poderia dar um breve histórico das ações realizadas pela Igreja no âmbito social?
2. O que é a Fundação Batista Central? Um breve histórico e suas perspectivas.
3. Quais as ações no âmbito social que ocorrem desde 2015 até 2020 na Igreja Batista Central?
4. O que foi o Kerigma Social? Qual seu histórico? Qual o público beneficiado?
5. O que aconteceu após o Kerigma Social?
6. Quais ações a igreja promove no âmbito da saúde?
7. Como é feito e quais critérios usados na distribuição de kits de alimento?
8. Como acontecem os bazares da Igreja?
9. Há alguma ação na área do meio ambiente?
10. Quais outras ações e projetos existem?

11. Essas ações surgiram por qual meio: instituição, membros da igreja ou pela comunidade?
12. Quais são as deficiências encontradas até aqui, e quais as potencialidades para o futuro?